



Acordos em separado são alternativa para ampliar direitos e conquistas

Em 2007, sete Acordos Coletivos de Trabalho (ACTs) e três Acordos de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) foram assinados pelo Sintcon-RJ, be-

neficiando cerca de 1.200 trabalhadores do setor. Nos ACTs foram ampliadas as conquistas dos trabalhadores, mostrando que esse instrumento normativo é uma eficaz

alternativa para as negociações com as empresas, tendo por patamar básico os direitos já consagrados na Convenção Coletiva de Trabalho – leia na página 3.

Serviços 'onshore' e 'offshore' para Petrobrás demandam procedimentos não contemplados na Convenção Coletiva

Com a expansão dos empreendimentos no ramo de energia, principalmente petróleo e derivados, o setor de engenharia consultiva passa a vivenciar novos desafios no que diz respeito aos princípios que regem a relação Capital X Trabalho (empresa X empregado). Os serviços requisitados, sejam "onshore" e/ou "offshore", demandam normas e procedimentos que não estão contemplados na Convenção Coletiva de Trabalho firmada entre o Sintcon-RJ e o Sinaenco. Cresce a cada dia o número de empresas do setor que procuram o Sintcon-RJ visando, princi-

palmente, contemplar as demandas exigidas pela contratante dos serviços (Petrobrás) e criar normas e procedimentos que assegurem direitos aos seus empregados.

São regimes de trabalho específicos, cuja jornada tem por base a Lei 5.811 – que disciplinou o exercício do trabalho dos petroleiros - ; porém não deve ater-se, exclusivamente, a tal instrumento normativo, que é exclusivo para os empregados da Petrobras. Em inúmeros casos, os empregados do setor desenvolvem suas atividades num regime misto, isto é, "onshore" e "offshore".

O Sintcon-RJ, em diversas oportunidades, manifestou ao Sinaenco a importância e premente necessidade de se estabelecer no setor uma Convenção Coletiva de Trabalho específica para o conjunto de trabalhadores das empresas que têm seus contratos de serviços vinculados a tais atividades.

Empréstimo consignado oferece taxas menores para sindicalizados

– página 2

Mídia ataca todos os sindicatos de trabalhadores na polêmica do imposto sindical

– página 4

Como desejar Feliz Natal, Feliz Ano Novo sem pensar nas perdas insensatas do ano que se vai? Num canto calado de nosso sonho, sempre haverá uma fagulha de esperança, uma crença num amanhã melhor. E é isto que devemos alimentar e multiplicar neste novo ano. É este pedido que, humildemente, depositamos, como sonho, esperança e uma vida melhor para todos!



Cursos de formação técnica serão retomados após o Carnaval

Nova diretoria do Sintcon-RJ assume com desafio de consolidar organização dos trabalhadores em consultoria

Empossada no dia 10 de outubro de 2007 para um mandato de três anos, a nova diretoria do Sintcon-RJ tem pela frente inúmeros desafios. Entre eles, consolidar ainda mais o Sindicato como legítimo representante dos trabalhadores em consultoria de engenharia e projetos no Estado do Rio; responder às crescentes e diferenciadas demandas de organização do setor, a cada dia mais complexas num mundo do trabalho informatizado e marcado pela fragmentação no tempo/espaço; e aperfeiçoar o cabedal de direitos e conquistas da categoria, materializado na Convenção Coletiva de Trabalho e nos bem-sucedidos acordos em separado por empresa.

Com a retomada dos investimentos públicos e privados em petróleo, energia e construção civil, a consultoria de engenharia e projetos experimenta, no momento atual, uma revitalização em todo o país, o que recoloca tais questões na ordem do dia.

A nova diretoria do Sindicato foi eleita em chapa única no pleito realizado dias 23 e 24 de agosto des-

te ano, com apuração ocorrida no dia 25/08.

Veja os nomes de seus componentes

Presidente:

Gilberto Alcântara da Cruz

Vice-presidente:

Julio César Coelho Reis

Secretário-Geral:

Wellington Oscar dos Santos

Tesoureiro-geral:

Paulo Scansetti

Secretaria de Política Sindical e Assuntos

Jurídicos:

Graziela Rocha de Aquino

Secretário de Formação Sindical e Atividade Cultural:

Paulo Cesar de Oliveira

Secretário de Imprensa e Divulgação:

Wilton Monteiro de Aquino

Suplentes da diretoria:

Nicolau Guimarães Ramalho e Ulysses Gonçalves Lopes

Presidente do Conselho Fiscal:

Jorge Luiz Ribeiro Daccache

Membros do Conselho Fiscal:

Reginaldo Alves dos Santos e Oscar Wilson Marques Martins



Sai o primeiro acordo para empréstimo consignado no setor

Taxas serão menores para trabalhadores sindicalizados

Em 14 de agosto de 2007 foi assinado acordo para empréstimo consignado entre a empresa Projemar S/A e o Unibanco, com anuência do Sintcon-RJ. Previsto na Lei 10820/2003, o acordo visa ajudar os trabalhadores a obterem empréstimos com taxas de juros bem menores que as praticadas no mercado financeiro.

Os trabalhadores sindicalizados ao Sintcon-RJ terão taxa de juros menor do que as oferecidas aos não-sindicalizados. De acordo com a lei, o desconto não poderá ultrapassar 30% da remuneração do trabalhador.

Veja as condições do empréstimo

Juros mensais	Empregados sindicalizados	Empregados não-sindicalizados
Até 6 meses	1,75%	2,00%
De 7 a 12 meses	2,00%	2,45%
De 13 a 24 meses	2,30%	2,90%
De 25 a 36 meses	2,60%	3,30%
Tarifa de Abertura de Crédito (TAC)	R\$ 10,00	R\$ 20,00



SINTCON
Sindicato dos Trabalhadores em Consultoria de Engenharia e Projetos no Est. do Rio de Janeiro



Filiado à
CUT

Jornal de responsabilidade da diretoria colegiada do Sindicato dos Trabalhadores em Consultoria de Engenharia e Projetos no Estado do Rio de Janeiro.

Rua Álvaro Alvim, 37 - sala 505 - Tel:(021) 2240-6328 e 2220-7914/Fax: 2262-5587

- e-mail: sintcon@brfree.com.br - Os artigos assinados não emitem necessariamente a opinião da diretoria do SINTCON/RJ.

Edição: André Luis Pelliccione (Mtb.19.301) - Diagramação e editoração eletrônica: Carlos Soares (Mtb. 16.993)

Acordos Coletivos de Trabalho 2007/2008

Avanço e consolidação de conquistas com benefícios para a categoria

No encerramento do período de 2007, o Sintcon-RJ assinou Acordos Coletivos de Trabalho com 7 (sete) empresas de engenharia consultiva, além de 3 (três) Acordos de Participação de Lucros e Resultados. Esse conjunto de acordos beneficiou, aproximadamente, 1.200 trabalhadores no setor.

As seguintes empresas assinaram ACT 2007/2008: JET Engenharia; AC Engenharia; ENGEVIX Engenharia; MARTE Engenharia; GT Serviços em Telecomunicações e Informática; SUBSEA 7 do Brasil; SANETECH Serviços de Engenharia.

Assinaram Acordos de Participação de Lucros e Resultados as seguintes empresas do setor: IESA



Óleo e Gás; ENSR International Brasil; INTEC do Brasil Ltda.

Nesses instrumentos normativos – ACTs – ampliou-se as conquistas e benefícios aos tra-

balhadores destas empresas, como: pisos salariais maiores; reajuste salarial superior ao da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT); jornada de 40 horas se-

manais; plano de assistência médica e, em duas empresas, assistência odontológica; auxílio-alimentação e auxílio-creche com valores superiores aos convenionados no setor.

Destarte as dificuldades inerentes ao processo de negociação em separado com as empresas, o Sintcon-RJ persistirá em 2008 nessa estratégia, que, além de proporcionar melhores condições para os trabalhadores, exige desses uma maior participação no processo de discussão e aprovação do ACT.

Encontram-se ainda em fase de discussão mais 3 (três) processos de ACT e 1 (um) de Participação nos Lucros e Resultados.

Formação técnica-profissional oferecida pelo Sintcon-RJ vem recolocando profissionais no mercado

O Sintcon-RJ retomará, a partir de fevereiro de 2008, logo após o carnaval, os cursos de formação técnica-profissional, procurando dar ênfase aos já tradicionais cursos de AutoCAD e Microstation, além de ampliar os horizontes para novos cursos.

Os cursos ministrados no Sintcon-RJ já serviram de embasamento técnico a mais de três mil profissionais do setor, especialmente desenhistas, projetistas, engenheiros e demais níveis técnicos.

Nos últimos dois anos iniciamos uma experiência gratificante de ministrarmos cursos rápidos voltados para um embasamento teórico. Assim realizamos duas experiências: uma na área de Saneamento e outra na

de Estrutura. Pretendemos ampliar esses horizontes em 2008, realizando novas experiências.

Bastaria o fato de auxiliarmos mais de três mil profissionais do setor a se adequarem aos novos desafios do mercado impostos pelo desenvolvimento tecnológico para justificar o investimento nessa política de formação. Outro grande alento é o fato de recolocarmos uma série de profissionais no mercado de trabalho.

Tomamos a liberdade de citarmos aqui parte de um e-mail que recebemos de um profissional que integrou os cursos AutoCad, Microstation e de Estrutura. "... Aproveito a oportunidade para agradecer o aprendizado, que me tem sido muito útil. Não



Foto: Arquivo

sei se os senhores que orientam fazem questão de se inteirar sobre o destino dos alunos. Passei os últimos seis anos desempregado e sem pers-

pectivas de retorno ao setor. Hoje, graças a esses cursos, estou de volta à ativa como desenhista de estruturas numa empresa de engenharia...."

Mídia utiliza imposto sindical para desmoralizar entidades de trabalhadores

Com a tramitação, no Congresso Nacional, do Projeto de Lei (PL) nº 88/07 — que prevê o fim da obrigatoriedade do pagamento da contribuição ou imposto sindical — desde outubro deste ano todo o movimento sindical brasileiro vem sendo objeto de infame campanha por parte dos principais órgãos de comunicação. Aproveitando-se do fato que a população, por falta de conhecimento, admite que tudo que envolve política no país cheira a corrupção, a imprensa passou a tratar todas as entidades sindicais como se fossem movidas pelas mesmas razões em se tratando do referido PL, ao final modificado pelo relator da matéria no Senado, Paulo Paim (PT-RS), que cedeu aos argumentos das centrais e concordou em manter a obrigatoriedade do imposto sindical, fato confirmado dia 29 de novembro, quando o PL foi aprovado no plenário daquela casa legislativa. Agora, o Projeto retornará à Câmara dos Deputados para segunda votação.

Ao mesmo tempo em que generalizam nos ataques aos sindicatos de trabalhadores, os meios de comunicação delibere-radamente omitem o fato de que o PL 88/07 acabava apenas com a obrigatoriedade do imposto sindical para

Sindicatos que lutam contra fim da cobrança ou dependem de seus recursos são chamados indiscriminadamente de pelegos. Críticas poupam entidades patronais

os sindicatos de trabalhadores, mantendo o benefício para os sindicatos patronais.

O que é o imposto sindical?

A contribuição sindical, mais conhecida como imposto sindical, é paga pelo trabalhador uma vez por ano e corresponde à remuneração de um dia normal de trabalho, sem inclusão de horas extras. Pela legislação atual, a contribuição — criada na década de 1940 para fortalecer o movimento sindical — é recolhida compulsoriamente pelos trabalhadores todo mês de abril.

Atualmente, os recursos da contribuição sindical, que somam perto de R\$ 1 bilhão por ano, são distribuídos da seguinte forma: 60% para os sindicatos, 15% para as federações, 5% para as confederações e 20% para a chamada conta especial emprego e salário, administrada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A Caixa Econômica

Federal é a instituição responsável pela conta, na qual é creditada a parcela da contribuição destinada ao MTE. Por ser resquíio de um Estado corporativo que tutelava e atrelava o sindicalismo ao Estado, o imposto sindical é indesejável e anti-democrático.

Separar o joio do trigo

Sem dúvida, para muitas entidades (sindicatos, centrais, confederações) oportunistas e pelegas, esses recursos são 'essenciais' para que continuem encastelados em suas superestruturas, vivendo como parasitas às custas dos trabalhadores e sem jamais lutar pelos reais interesses das categorias que 'representam'.

No entanto, para muitas outras entidades sindicais sérias e combativas, o imposto continua sendo fundamental no financiamento de suas campanhas e lutas políticas. A maioria dessas entidades, diga-se de passagem, não pode hoje abrir mão do imposto sindical sem

que isto seja feito gradualmente, dando-lhes o tempo necessário para se reestruturarem.

Devemos frisar que a questão do fim do imposto sindical compulsório entrou de carona no projeto que retira 10% do Ministério do Trabalho (Mtb) e os encaminhava para as Centrais Sindicais, cuja finalidade é torná-las juridicamente legais, uma vez que passarão a integrar o sistema confederativo. Dessa forma, a distribuição do imposto passaria a ser: 60% para os Sindicatos; 15% para as Federações; 5% para as Confederações; 10% para as Centrais Sindicais e 10% para o Mtb.

Perguntar não é crime

Será que essa intensa campanha, desenvolvida principalmente pelo jornal O GLOBO, não mascara um interesse maior, qual seja de enfraquecer ainda mais as entidades sindicais no momento em que o empresariado manifesta cada vez mais o interesse em uma Reforma Trabalhista? Reforma que teria por base a chamada flexibilização dos direitos trabalhistas, colocando em cheque determinadas conquistas, tais como: férias remuneradas; jornada de trabalho; FGTS; aviso prévio; etc.?

Plantão do Jurídico SINTCON-RJ

Advogado Celso Gomes
Terça-feira e Quinta-feira
das 14:00 às 16:00 horas

Advogado Ricardo William
Segunda-feira e Quarta-feira
das 14:00 às 16:00 horas

Informações sobre processos:

- 1) Ajuizados até DEZ/94
- 2) Ajuizados entre JAN/95 e DEZ/99

3) Ajuizados a partir de JAN/2000
De segunda a quinta-feira, das 14 às 16 horas.
Tel.: (0xx21) 2240-6328 e 2220-7914
Fax (0xx21) 2262-5587

4) Ajuizados em
Volta Redonda
De segunda a quinta-feira,
das 14 às 16 horas

(Após a solicitação,
aguardar pequeno prazo para
informações).

Horário de Homologações:

De segunda
a sexta-feira,
de 13:30 às 15:30
(marcar horário
por telefone)



Sindicato dos Trabalhadores em Consultoria de Engenharia e Projetos no Estado do Rio de Janeiro - SINTCON - RJ

- Sede: Rua Álvaro Alvim, 37 - sala 505
- Centro - Rio de Janeiro - RJ CEP: 20031-010.
e-mail: sintcon@brfree.com.br

Consultoria Cultural é sucesso de público e inaugura 2008 com 'partido alto' no dia 11 de janeiro

A partir das 18h30, no auditório do Sintcon-RJ

Sucesso de público e grande empatia com os trabalhadores da consultoria e de outros setores é o mínimo que se pode dizer do 'Consultoria Cultural', projeto iniciado há um ano pelo Sintcon-RJ para oferecer cultura de qualidade uma vez por mês, sempre às sextas-feiras, no auditório do Sindicato, com entrada franca.

Realizado dia 7/12, o mais recente evento (40 anos de Tropicalismo, Viagem aos anos 60), com Lúcio Sanfilippo e Gil Miranda (homenageando Sidney Miller), confirmou essa trajetória ascendente.

A próxima atividade — que também vai inaugurar o ano de 2008 para o projeto — será no dia 11 de janeiro. 'Diz Aê: Desafio e Improviso – Partido-alto, samba de embolada e repente, com Élcio do Bandolim, Evandro 7 Cordas e Jeito Malandro, Miguel Rezende e Chiquinho do Pandeiro, Baiaco e Chacrinha.

Dia 25 de janeiro será a vez do 'Baile de pré-carnaval com Manga de

Colete, Nadinho da Ilha e Walter Alfaiate (todo mundo fantasiado, mas distribuiremos máscaras para os que

não levarem fantasia). Participe. Compareça à sede do Sintcon-RJ e desfrute do Consultoria Cultural.

Programação especial de férias para os filhos de associados ao Sintcon-RJ



Atenção para os pais: o Sintcon-RJ oferece programação especial de férias para os filhos dos associados ao Sindicato.

Dia 12 de janeiro – Passeio Marítimo na Baía de Guanabara.
E dia 26 de janeiro – Visita ao Museu/Fiocruz. Informações e reservas no Sindicato (Rua Álvaro Alvim, 37 – 5º andar – centro (próximo ao Teatro Rival). Participe e traga sua família.

DEU NA IMPRENSA

Odebrecht-Furnas vence leilão para construir usina na Amazônia

Em sete minutos, o Consórcio liderado pela construtora Odebrecht e a estatal Furnas venceu o leilão para fazer a usina hidrelétrica Santo Antônio, no Rio Madeira (Rondônia), orçada em R\$ 9,5 bilhões. O projeto, polêmico, foi contestado por ambientalistas durante meses. As obras terão início no fim do primeiro semestre de 2008 e a usina gerará energia em 2012. O grupo vencedor ofereceu R\$ 78,89 o megawatt-hora – O GLOBO, 11/12/2007.

Seguridade Social no país é bancada pelos mais pobres

Os mais pobres, que ganham até dois salários mínimos, são os que contribuem para a seguridade social no país e sua participação tem crescido. A conclusão é de estudo do Ibase para a ONG Social Watch. Enquanto o herói mítico inglês Robin Hood tirava dos ricos para dar aos pobres, no Brasil o Estado tira dos pobres para dar aos ricos – O GLOBO, 11/12/2007.

ONU: evolução do saneamento básico no Brasil é insuficiente

A falta de saneamento básico é a principal pedra no caminho do Brasil para atingir as Metas do Milênio, fixadas há sete anos pela Organização das Nações Unidas (ONU). Relatório das Nações Unidas para a Infância (Unicef) mostra que o país ainda deixa a desejar no ritmo de expansão das redes de coleta de esgoto. O texto classifica a evolução brasileira de insuficiente para atingir os objetivos que deveriam ser alcançados até 2015 – O GLOBO, 11/12/2007.

Multinacionais já dominam mais da metade das áreas de petróleo do país

Manifestantes ocuparam por 15 horas sede da Agência Nacional de Petróleo para exigir o fim dos leilões e uma nova lei para o petróleo

Em meio à agitação e ao barulho provocados pelas quase 300 pessoas no pequeno espaço, o militante do movimento sem-terra varre cuidadosamente, com vassoura emprestada por um segurança da Agência Nacional de Petróleo (ANP), o lixo acidentalmente derramado da pequena lixeira. A preocupação contrasta com a freqüente qualificação de ‘baderna’ que a mídia comercial faz para atos assim.

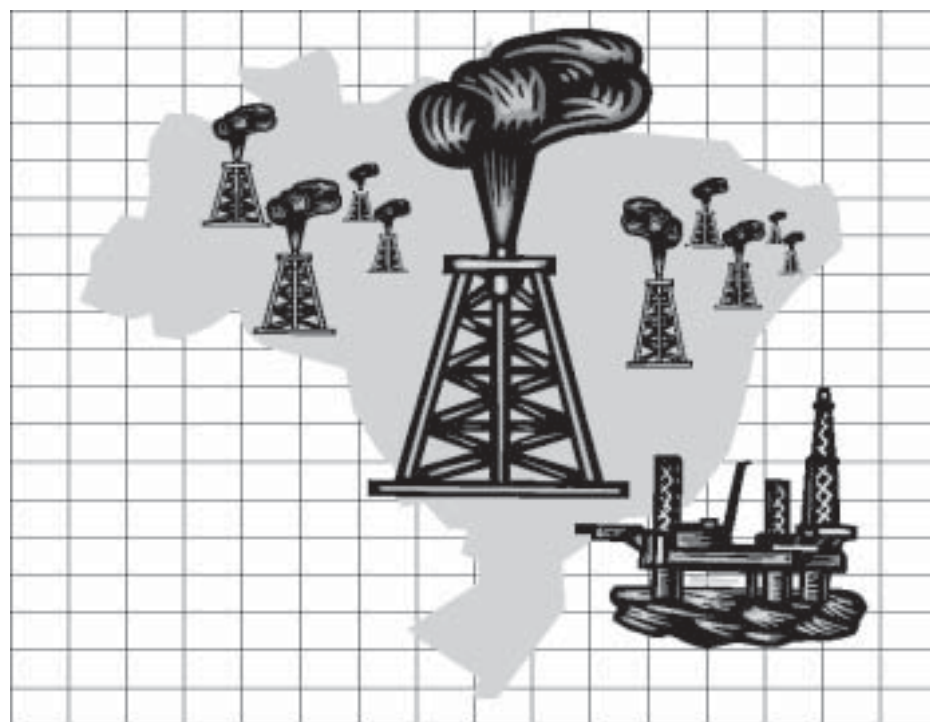
Nas portas dos elevadores e paredes da entrada do prédio, os manifestantes grafaram com caneta o que os levou até ali: “Leilão é privatização, crime contra nossa soberania”, foi uma das frases expostas. Havia também críticas ao presidente da ANP, Haroldo Lima.

A ocupação por quase 15 horas do térreo da ANP, na avenida Rio

Branco, no Centro do Rio, dia 29/11, chamou a atenção para a privatização do petróleo e do gás nacional. Ela ocorreu no dia em que, em um hotel de luxo na Barra da Tijuca, transcorria a nona rodada de leilões das reservas de petróleo e gás do país - 73 mil quilômetros quadrados.

Até o anúncio da recém descoberta reserva na bacia de Santos, as reservas nacionais estavam estimadas em 13 bilhões de barris de petróleo. Com a descoberta, esta conta pode crescer em até 8 bilhões de barris. Não é petróleo para já. Está a sete mil metros a partir do fundo do mar — o poço mais profundo do país em atividade é inferior a quatro mil metros. Mas é estratégico para a política energética nacional.

O governo retirou tais áreas do leilão, mas, para os manifestantes, foi



pouco. As multinacionais avançam sobre as reservas brasileiras. Elas já controlam a maioria das áreas exploratórias do país. Antes do último leilão, a Petrobrás detinha sozinha 26,4% dos 304 mil km² de áreas que contêm petróleo, e outros 23,8% em parceria com empresas privadas. Estas, a maioria multinacionais, dominam quase 50% das áreas. São dados oficiais da estatal.

Protesto defende nova lei

Os manifestantes que ocuparam a ANP querem uma outra lei para o petróleo. “A gente vê no mundo guerras que têm como pano de fundo o petróleo, o Brasil não pode continuar estendendo o tapete vermelho para as multinacionais”, disse Emanuel Cancellata, secretário-geral do sindicato dos petroleiros do Rio (Sindipetro-RJ). “Não é leilão, é a venda do bilhete

premiado”, disse, referindo-se ao fato de ser a estatal brasileira quem procura e descobre as áreas com petróleo, posteriormente vendidas. Pela lei atual, quem adquire a área passa a ser dono do que ali for encontrado — pode, inclusive, exportar. É o que a Shell já faz com 70 mil barris diários de petróleo. A Petrobrás exporta outros 500 mil.

Ocorre aí outro erro e crime contra o país, afirmou Clarckson Araújo, do Sindicato dos petroleiros de Sergipe e Maceió. “Isso é para acumular divisas e pagar os juros da dívida [pública]”, disse. Para ele, o correto é o país segurar estrategicamente estas reservas, e não queimá-las na exportação.

À noite, concluído o leilão, o presidente da ANP recebeu uma comissão de trabalhadores. Defendeu as privatizações e disse que elas rendem recursos para o país. Foi contestado pelos manifestantes, que pretendem dar continuidade ao movimento.



Sindicalize-se: preencha sua ficha de filiação ao Sintcon-RJ e fortaleça a luta pelos seus direitos